



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E DE  
ORDEM ECONÔMICA**

**PARECER**

**Assunto:** Projeto de Lei nº 224/2019

**Autor:** Prefeito Municipal

**Ementa:** “Modifica os Anexos III e IV, da Lei nº 5.306, de 3 de dezembro de 2018, referente ao Plano Plurianual para o Quadriênio 2018/2021.”

**Relatoria:** Ver. Graça Amorim

**Conclusão:** Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

**I – RELATÓRIO:**

Por determinação regimental foi distribuída à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e da Ordem Econômica o Projeto de Lei nº 224/2019, oriundo do Poder Executivo Municipal, conforme ementa acima descrita.

Em mensagem de nº 027/2019, o nobre Chefe do Executivo informa que o Plano Plurianual 2018/2021 contempla projetos e atividades que se desenvolvem de forma contínua, com a mobilização participativa e democrática de todos os órgãos da esfera administrativa.

Sendo assim, segundo o autor, torna-se necessário atualizar e compatibilizar os novos e antigos projetos e atividades inseridos no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, que se justificam em razão da mudança do cenário político e econômico do País.

Para fazer frente a tais modificações, relata que o Projeto de Lei de atualização do Plano Plurianual 2018/2021 será financiado com recursos do Tesouro Municipal e Outras Fontes e é constituído de 34 programas, 190 metas e 300 iniciativas, projetando que a municipalidade, nos dois próximos anos de sua vigência, pretende dispor de recursos de, aproximadamente, R\$ 7,5 bilhões para atingir os objetivos de governo.



## ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

O Plano Plurianual de Teresina abrange todas as contas do orçamento municipal e considera todas as despesas correntes, inclusive as de pessoal, para evidenciar a capacidade de investimento da Prefeitura.

É o que basta relatar.

### **II – EXAME DE ADMISSIBILIDADE:**

Inicialmente, observa-se que o projeto está devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, em conformidade com o disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina - RICMT.

Observa-se, ainda, que o autor articulou mensagem escrita, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental.

### **III– ANÁLISE SOB OS PRISMAS SOB OS PRISMAS CONSTITUCIONAL, LEGAL E REGIMENTAL:**

Preliminarmente, é oportuno asseverar que não há regras específicas para a alteração das leis orçamentárias. Logo, aplicam-se as normas referentes às modificações das leis em geral, quando houver necessidade.

*In casu*, vê-se que o projeto pretende modificar os Anexos III e IV, da Lei da Lei nº 5.306, de 03 de dezembro de 2018, referente ao Plano Plurianual para o Quadriênio 2018/2021”. Segundo a Lei nº 5.135, de 18 de dezembro de 2017, os Anexos III e IV do PPA 2018-2021 são referentes a Metas e Iniciativas, respectivamente. Confira:

*Art. 8º Integram o PPA 2018-2021 os seguintes anexos:*

*I - Anexo I – Diagnóstico e Perspectiva Econômica;*

*II - Anexo II – Programas Setoriais;*

*III - Anexo III – Metas e Indicadores;*

*IV- Anexo IV – Iniciativas*



## ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Quanto à iniciativa dessa peça legislativa, os arts. 165 e 71 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988 e da Lei Orgânica de Teresina - LOM, estabelecem que é exclusiva do Chefe do Executivo respectivamente:

*Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*Art. 71. Compete privativamente ao Prefeito:*

*[...]*

*IV – enviar à Câmara Municipal projeto de lei do Plano Plurianual de Investimentos, projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município previstos nesta lei, nos termos do art. 165, §9º, da Constituição Federal;*

Assim, não obstante não seja o projeto de plano plurianual propriamente dito, mas tão somente uma modificação à referida lei que o estabeleceu, verifica-se obediência aos ditames constitucionais e legais no que se refere ao respeito quanto à iniciativa exclusiva.

Nessa linha de inteligência, constata-se também que foi atendido o prazo previsto pelo art. 13, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Piauí, para o encaminhamento do projeto de lei a esta Casa Legislativa, qual seja até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro.

Acerca do mérito propriamente dito, observa-se da leitura da ementa da proposta legal que os anexos III e IV constantes no Plano Plurianual para o Quadriênio 2018/2021 sofreram mudanças.

Quanto ao anexo “relação de vinculação de indicadores às metas”, é oportuno mencionar as Orientações para Elaboração do PPA Federal 2016-2019, as quais descrevem o indicador do PPA como:

*Conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução de um programa. Cada indicador permite identificar, mensurar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta pelo programa. Nessa linha, devem buscar dialogar com o conjunto dos Objetivos propostos. Devem ser sempre passíveis de apuração periódica no período do PPA de tal forma a possibilitar a avaliação da intervenção feita.*



## ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Por fim, no que se refere à listagem de iniciativas estratégicas, os doutrinadores Albuquerque, Medeiros e Silva discorrem o seguinte:

*A iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras: ações institucionais e normativas bem como da pactuação de entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas. (ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de. MEDEIROS, Márcio Bastos. SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas. 3ª Ed., Vol I. Brasília: 2013. Pg. 456.)*

Destarte, de acordo com aos autos, verifica-se que a proposta está sendo constituída por 190 metas e 300 iniciativas, alterando a constituição anterior que era de 206 metas e 296 iniciativas, com a justificativa de que as alterações são necessárias em função da mudança do cenário político e econômico do País.

Partindo da explanação acima, nada obsta a normal tramitação da matéria aqui analisada, devendo contar com o apoio dos dignos edis desta Casa de Leis.

#### IV - CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e Ordem Econômica, aquiescendo com o voto de sua ilustre relatora, opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.


Sala de Reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e Ordem Econômica, em 12 de novembro de 2019.

  
**Ver. GRACA AMORIM**  
**Relatora**



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

“Pelas conclusões” dos Relatores, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.

  
Ver. ENZO SAMUEL  
Presidente

  
Ver. LEVINO DE JESUS  
Membro

  
Ver. PEDRO FERNANDES  
Membro